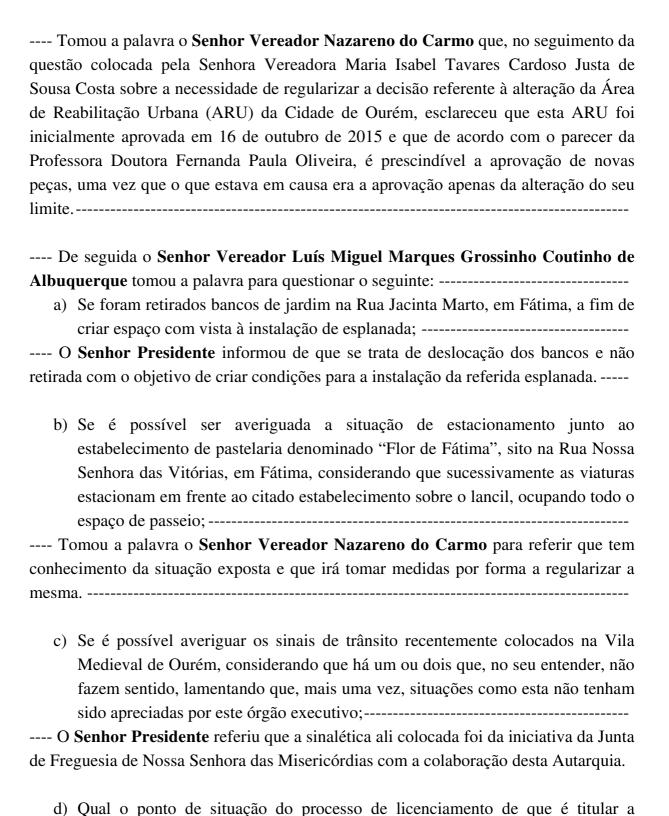


ATA N.º 4 (REUNIÃO PRIVADA)

Aos dezassete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezassete, na Cidade
de Ourém, no edifício sede deste Município e na Sala de Reuniões, à hora designada,
reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do
Excelentíssimo Presidente, Senhor PAULO ALEXANDRE HOMEM DE OLIVEIRA
FONSECA, os Senhores Vereadores: LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO
COUTINHO DE ALBUQUERQUE, NAZARENO JOSÉ MENITRA DO CARMO,
JOSÉ MANUEL DIAS POÇAS DAS NEVES, MARIA LUCÍLIA MARTINS VIEIRA,
MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA e ANTÓNIO
ALFREDO MANALVO DA SILVA, comigo Clarisse Isabel Pereira Neves, Chefe da
Divisão de Atendimento ao Munícipe e Ativos Humanos
OOXXXOO
000
ABERTURA DA REUNIÃO
O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E
FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM
DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º
75/2013, DE 12 DE SETEMBRO
ooxxxoo
000
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
Nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor
Presidente tomou a palavra colocando à consideração de todo o executivo a
possibilidade de ser apreciado, na presente reunião, um assunto relacionado com a
avaliação de parcelas de terreno para construção do quartel da Associação Humanitária
de Bombeiros Voluntários de Fátima, tendo obtido a concordância de todos os
membros deste órgão executivo, mediante a elaboração de Aditamento à Ordem do
Dia para a presente reunião
Seguidamente o Senhor Presidente deu a palavra aos Senhores Vereadores para

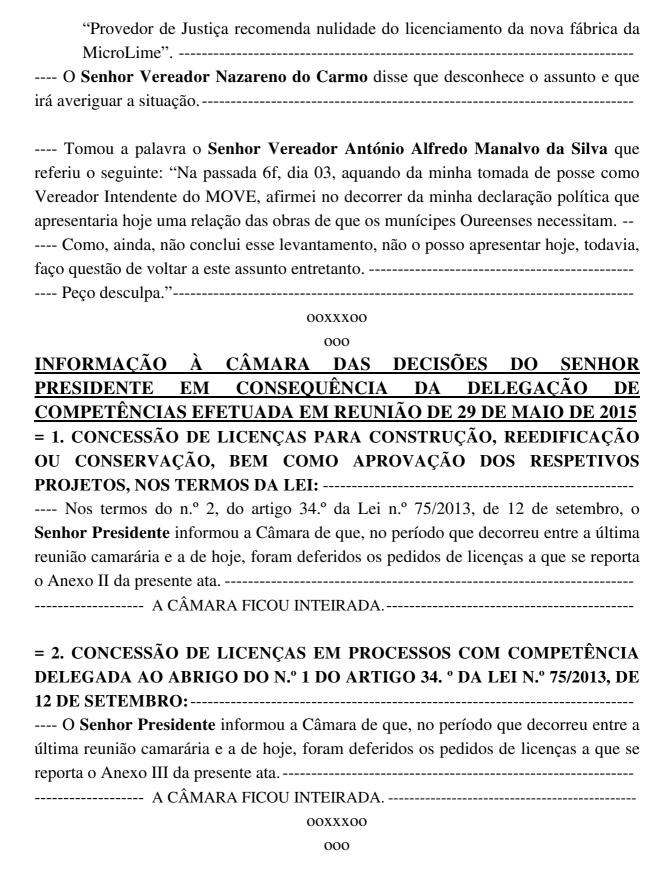
tratamento de assuntos gerais para a autarquia. ------

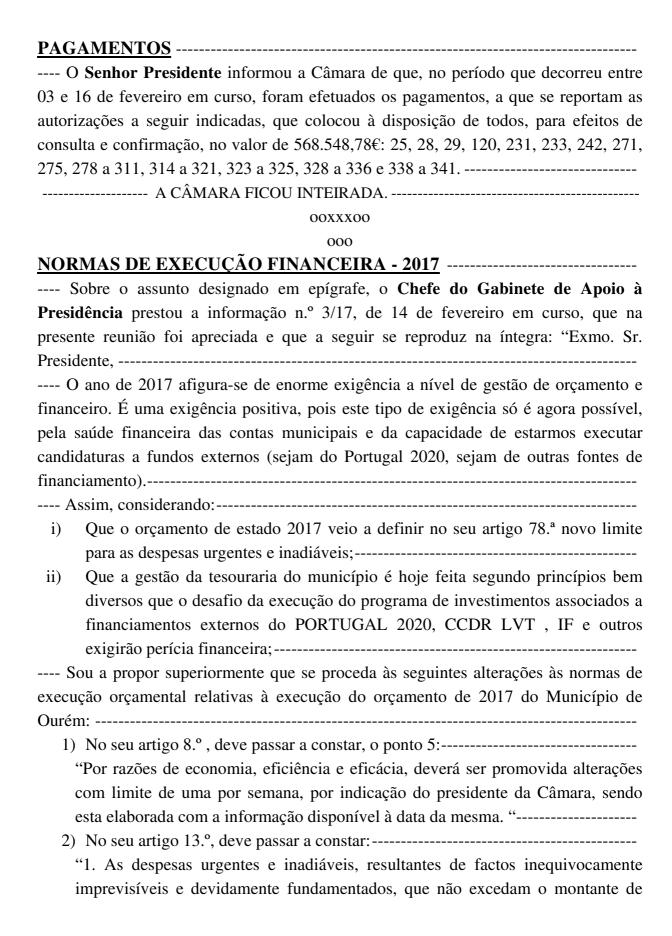


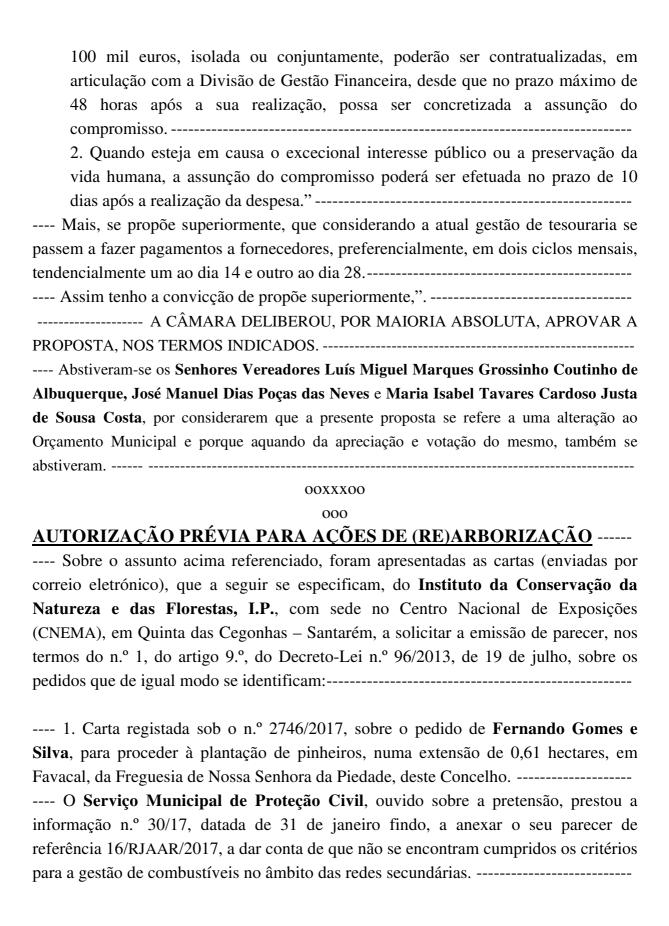


empresa Microlime – Produtos de Cal e Derivados, S.A., atendendo à notícia publicada hoje no Jornal "Notícias de Ourém", cujo título refere o seguinte:

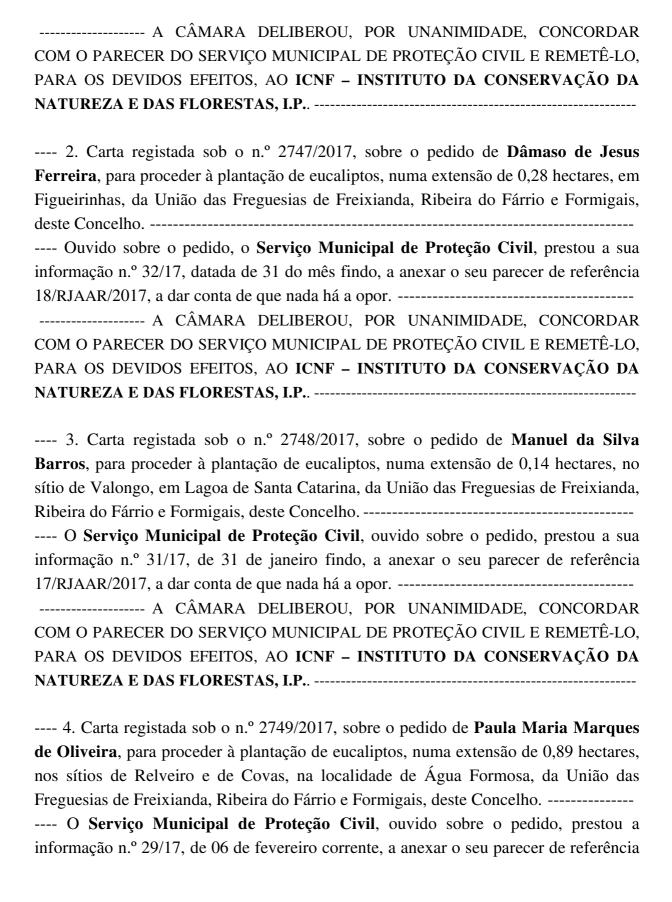




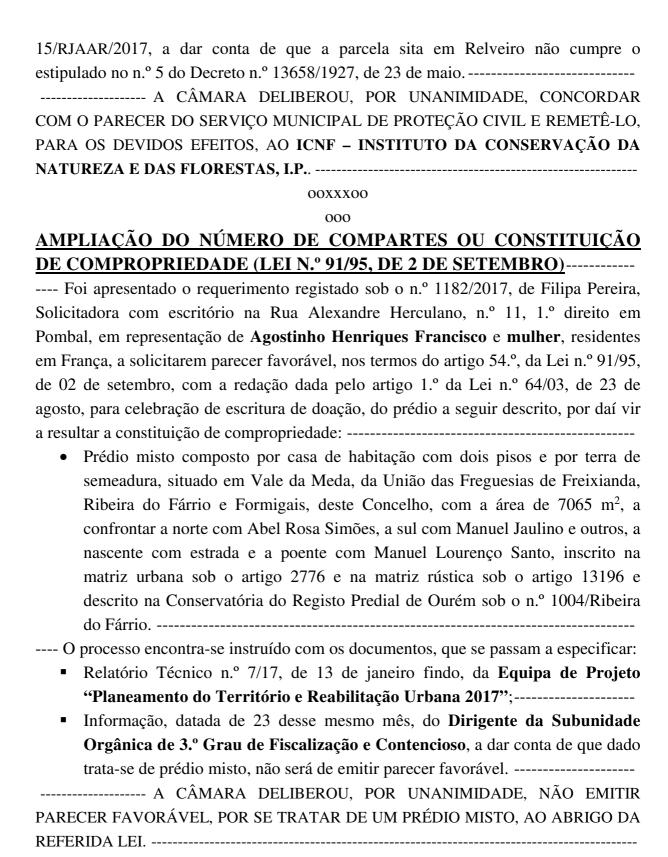






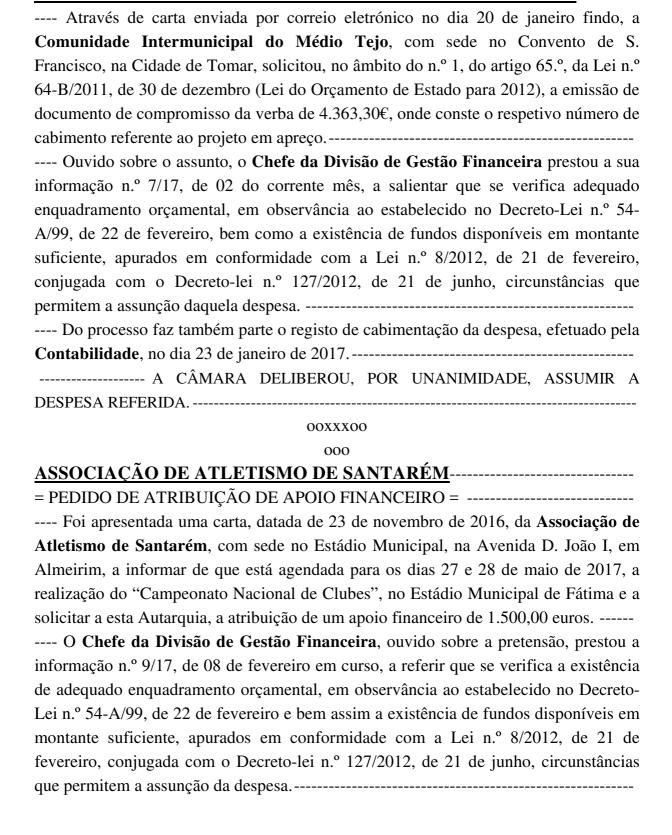




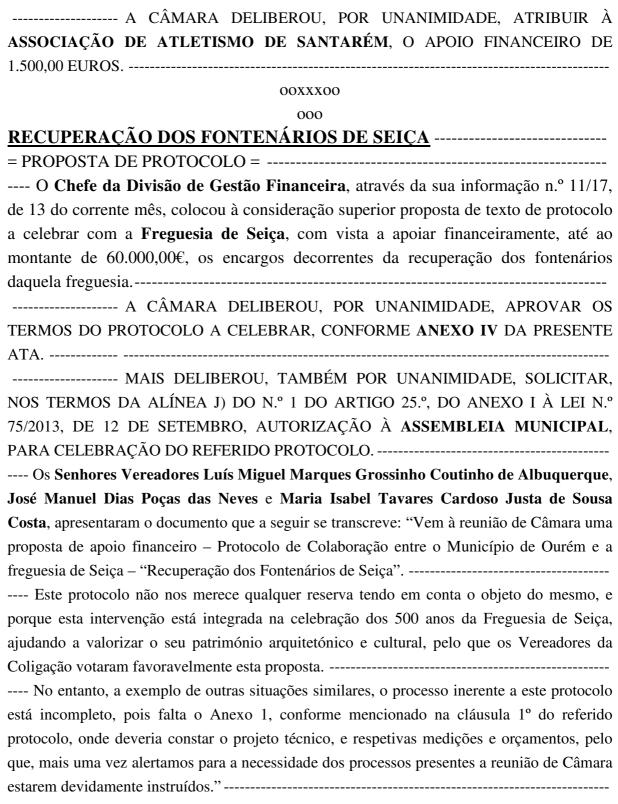




PROJETO "MÉDIO TEJO DIGITAL - ASSESSORIA TÉCNICA" ------



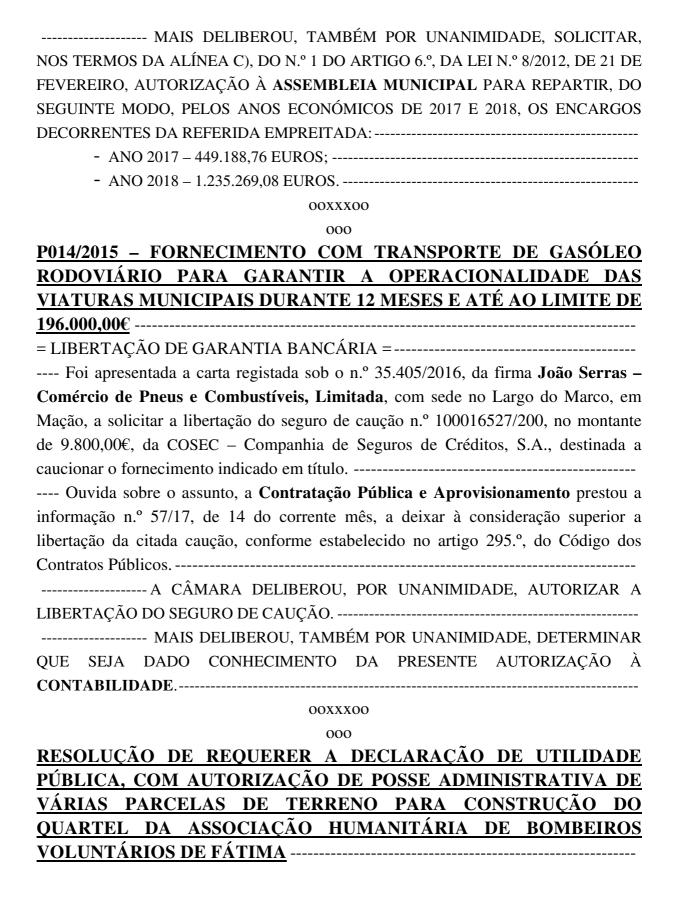




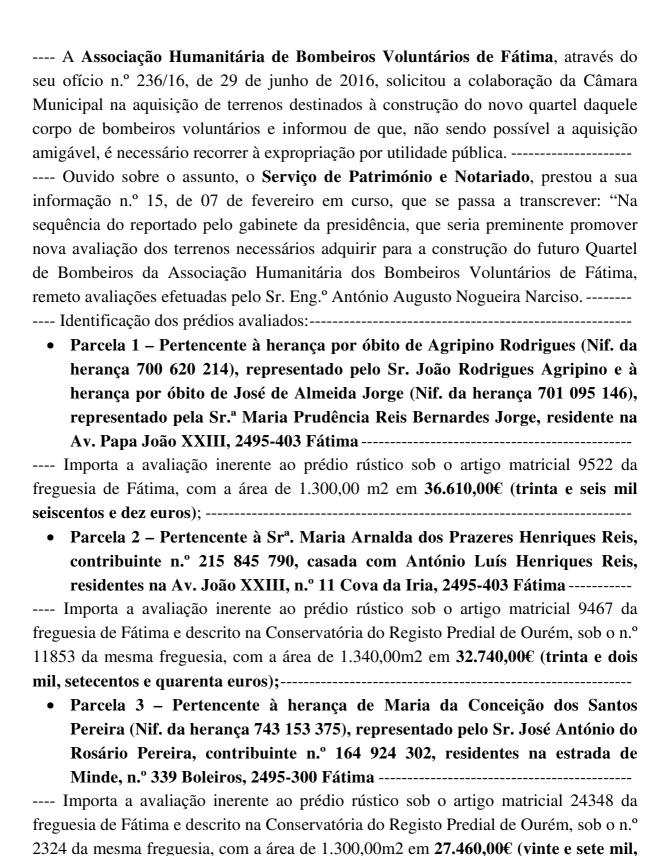


P026/2017 - BENEFICIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO COMPLEXO ESCOLAR DE CARVOEIRA - CAXARIAS --------- Na reunião de 16 de dezembro de 2016, em deliberação com título idêntico à presente, a Câmara deliberou incumbir a Divisão de Gestão Financeira de iniciar os procedimentos inerentes ao lançamento da obra mediante concurso público. -----cumprimento daquela deliberação, a Contratação Pública e Aprovisionamento (daquela divisão), prestou a informação n.º 49/17, de 06 de fevereiro corrente, a anexar, para aprovação, os respetivos Programa de procedimento e o Caderno de encargos, cujo preço base importa em 1.589.111,17€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: -----PRIMEIRO – AUTORIZAR A DESPESA E ESCOLHER O PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, NOS TERMOS DA ALÍNEA B), N.º 1, DO ARTIGO 19.º, DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP); ------SEGUNDO - APROVAR O PROGRAMA DO PROCEDIMENTO E O CADERNO DE ENCARGOS APRESENTADOS; ------TERCEIRO – NOMEAR, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 1, DO ARTIGO 67.º, DO REFERIDO DIPLOMA LEGAL, COMO MEMBROS EFETIVOS DO JÚRI O CHEFE DA DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS, RUI MIGUEL DA COSTA TEIXEIRA (QUE PRESIDIRÁ), O TÉCNICO SUPERIOR PAULO SÉRGIO DIAS DE OLIVEIRA (SECRETÁRIO) E O DIRIGENTE DA SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO, VÍTOR MANUEL DE SOUSA DIAS E COMO MEMBROS SUPLENTES O TÉCNICO SUPERIOR BRUNO MARTINHO FREIRE RIBEIRO E A COORDENADORA TÉCNICA MARIA NATÁLIA ALMEIDA SANTOS E AINDA DELEGAR NO JÚRI AS SEGUINTES COMPETÊNCIAS: -----➤ ESCLARECIMENTOS A DAR AOS CONCORRENTES;------> ACEITAÇÃO OU NÃO DOS ERROS E OMISSÕES; ------QUARTO - NOMEAR COMO GESTORES/SECRETÁRIOS DO PROCEDIMENTO (NA PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS) O RESPONSÁVEL DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO, BRUNO MARTINHO FREIRE RIBEIRO, A COORDENADORA TÉCNICA, MARIA NATÁLIA ALMEIDA SANTOS E O TÉCNICO SUPERIOR PAULO SÉRGIO DIAS DE OLIVEIRA, SENDO-LHES AINDA DELEGADAS COMPETÊNCIAS PARA EFETUAREM TODO O EXPEDIENTE QUE A PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS POSSIBILITA REALIZAR.----



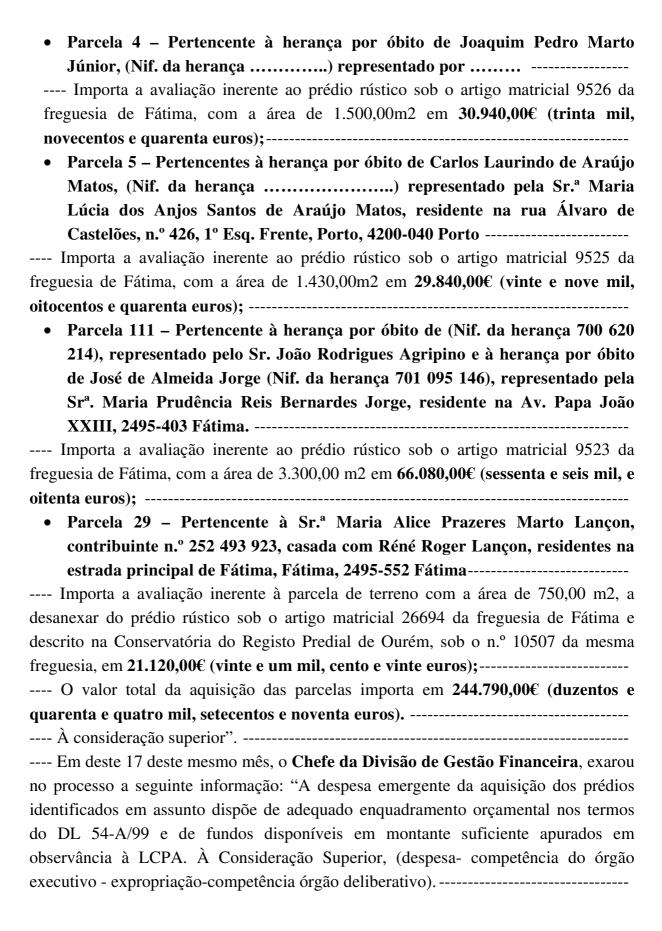




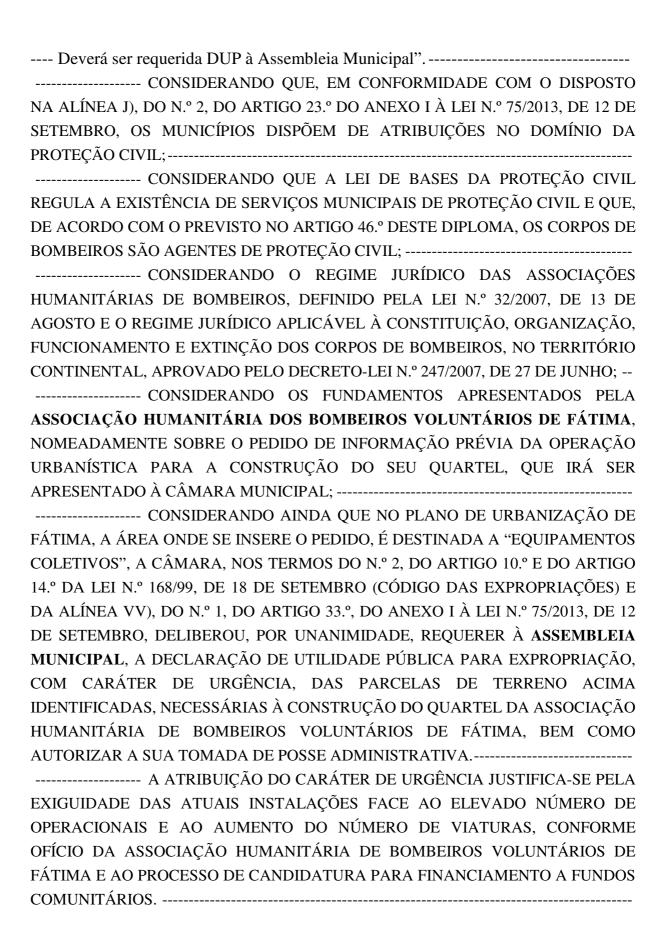


quatrocentos e sessenta euros); ------

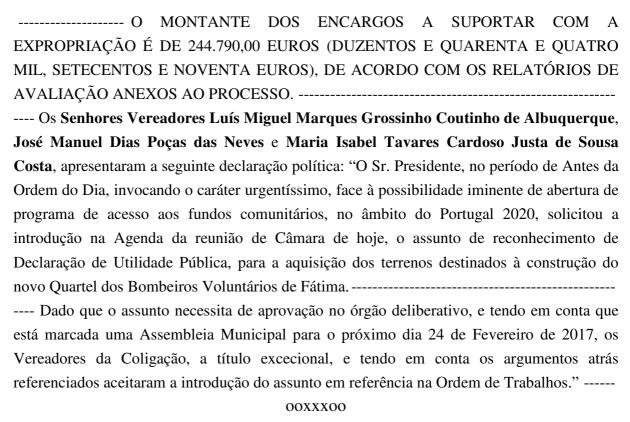






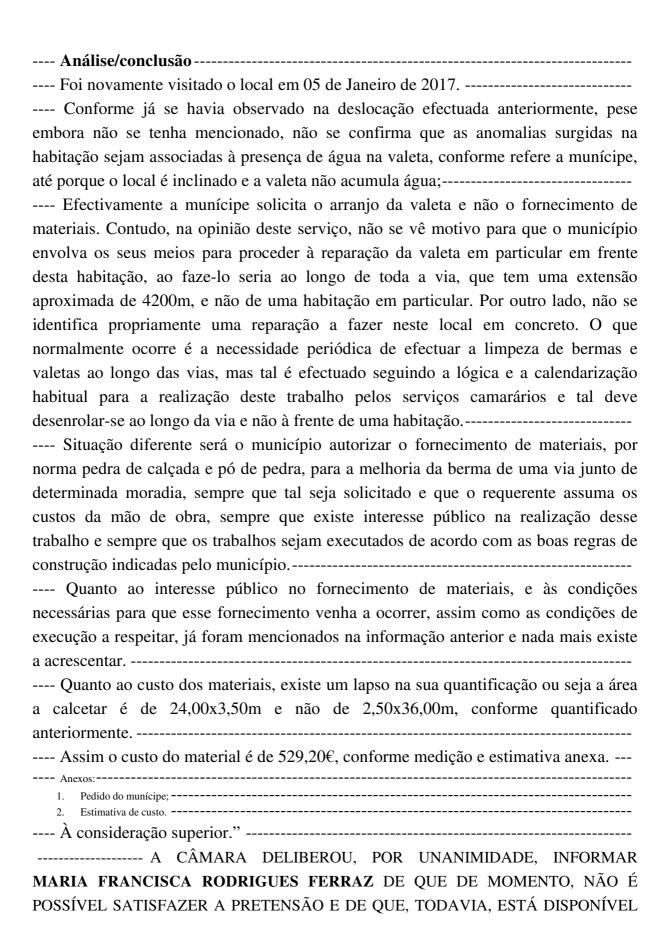




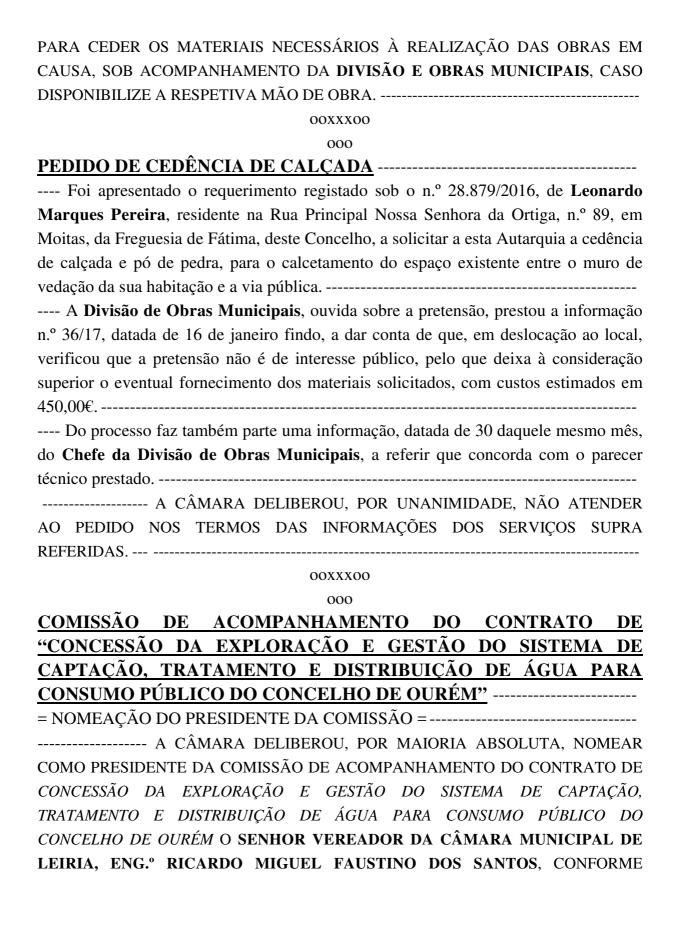


PEDIDO DE ARRANJO DE BERMA E VALETA – RUA DE OURÉM – RAMALHEIRA – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXIANDA, RIBEIRA DO FÁRRIO E FORMIGAIS------

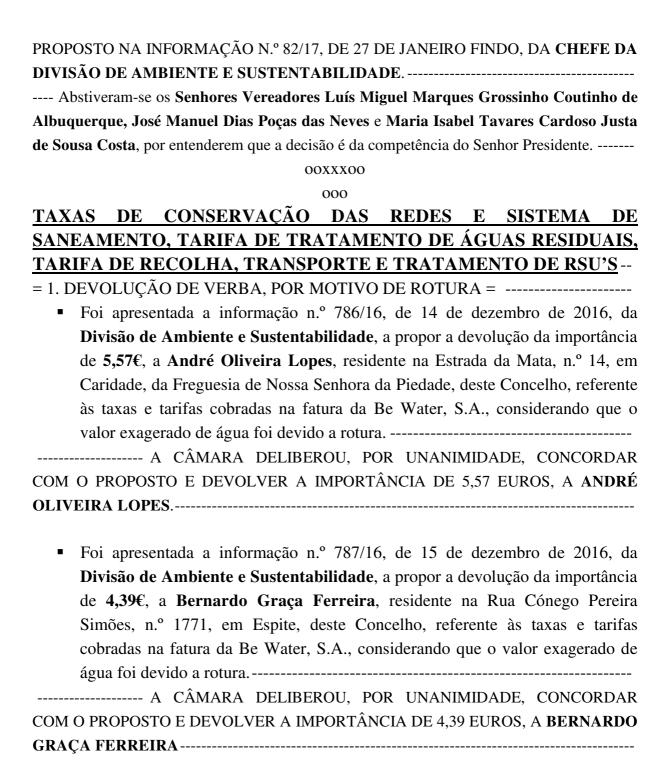
datada de 02 Dezembro de 2016. -----





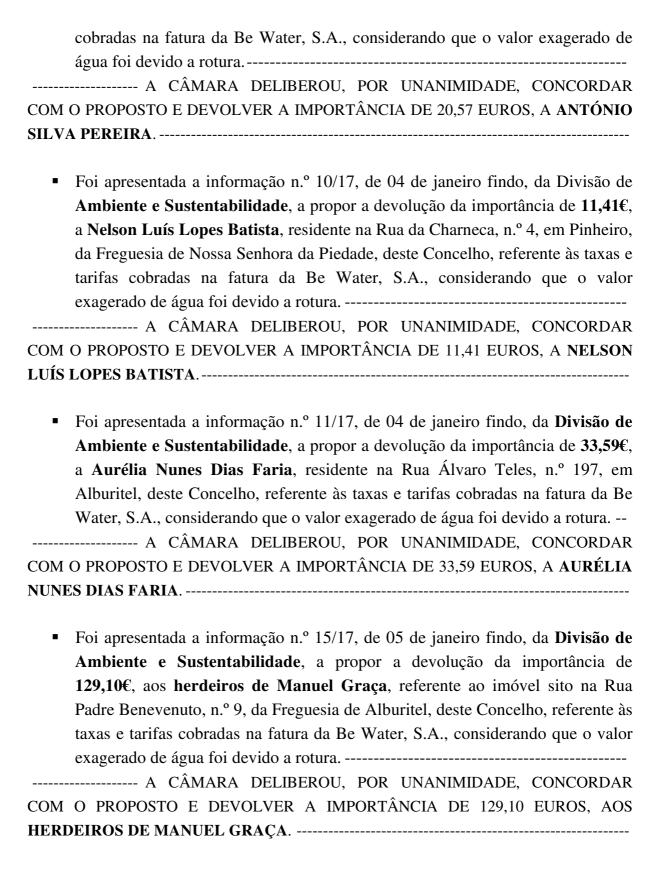




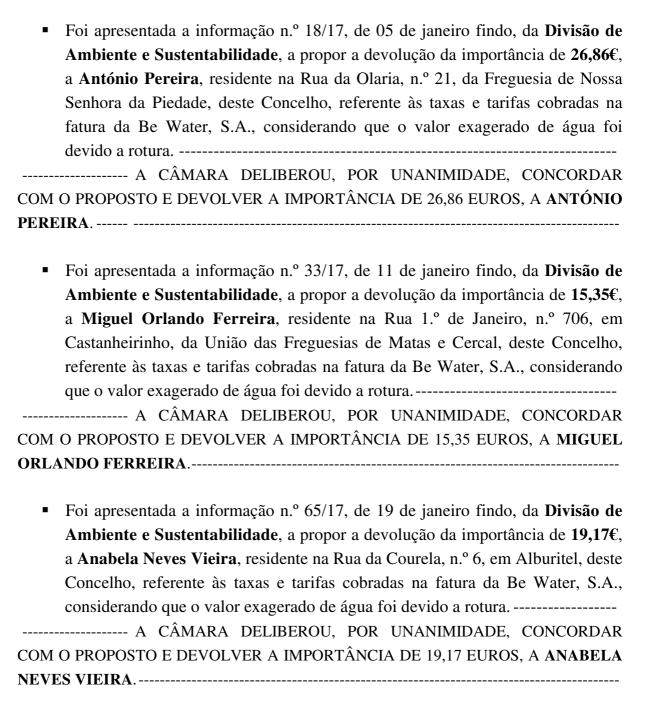


Foi apresentada a informação n.º 794/16, de 15 de dezembro de 2016, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade, a propor a devolução da importância de 20,57€, a António Silva Pereira, residente na Rua da Capela, n.º 596, em Cumeeira, da Freguesia de Espite, deste Concelho, referente às taxas e tarifas

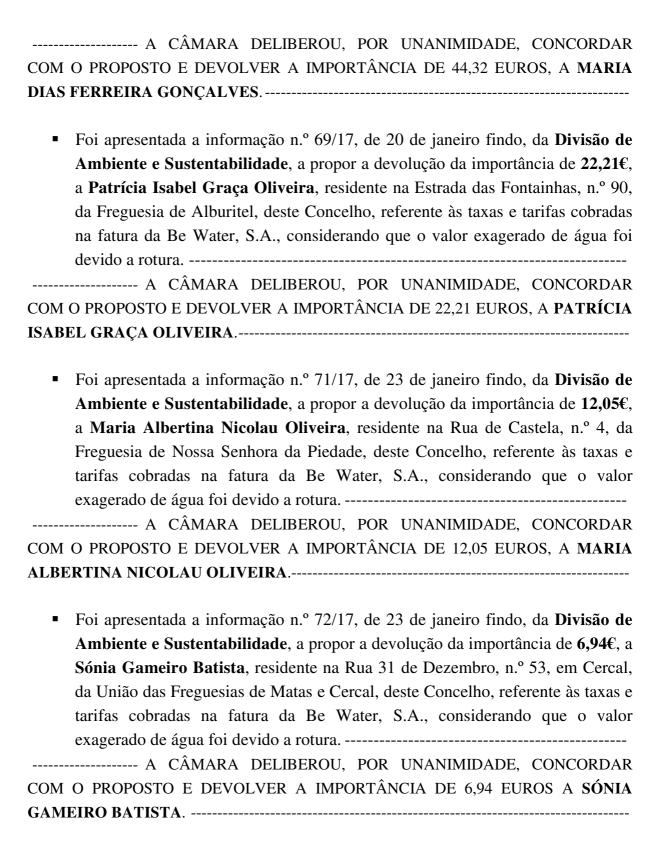




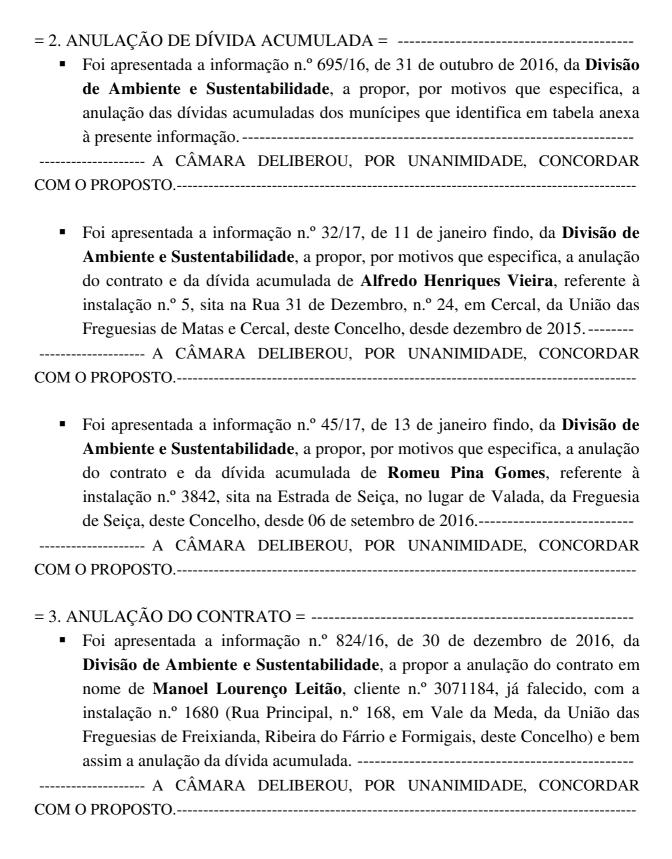




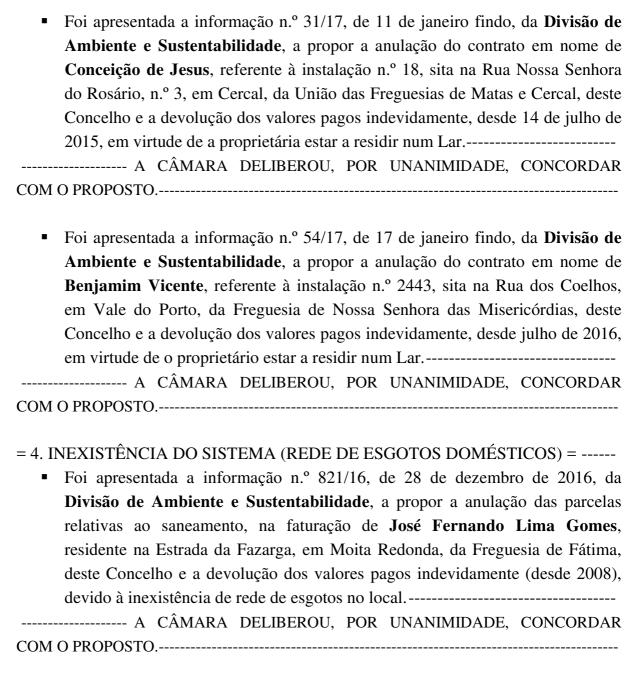




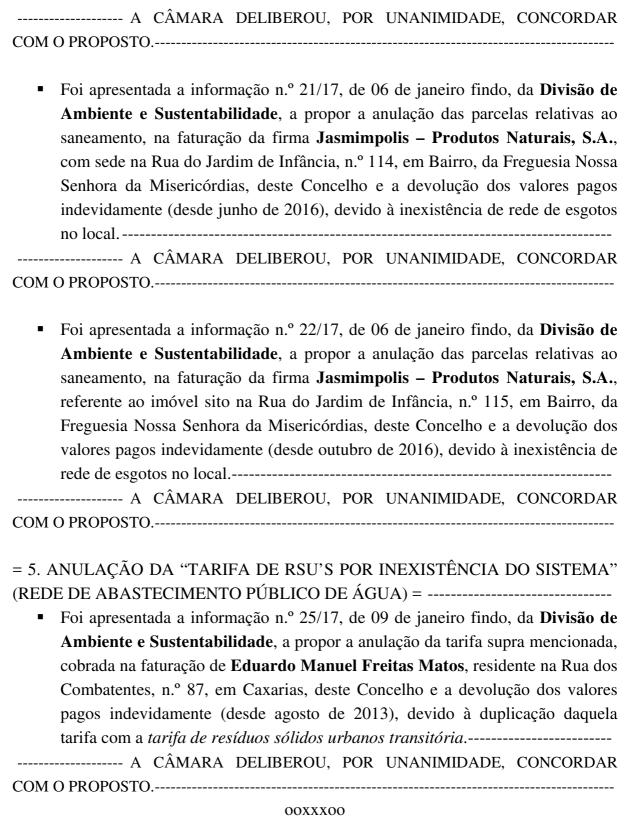






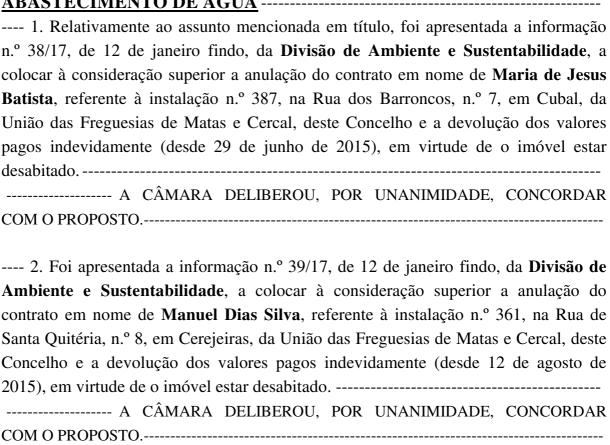








OBRIGATORIEDADE DE LIGAÇÃO À REDE PÚBLICA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA -----



OOXXXOO

000

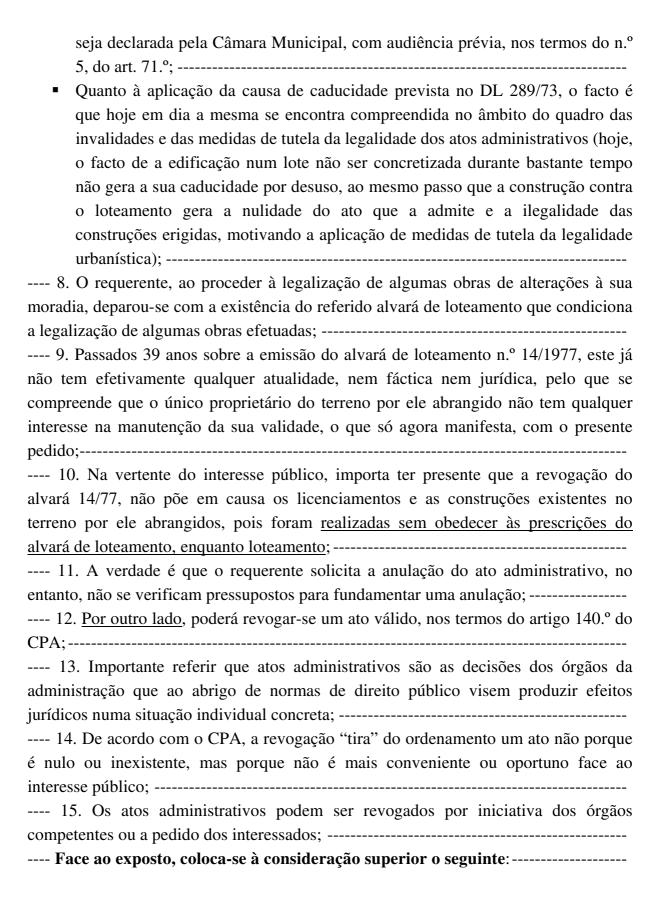
<u>LOTEAMENTOS URBANOS</u> -----

- ---- O processo encontra-se instruído com as informações que se passam a especificar:
 - Número 120/2016/DGU/cm0428, de 18 de agosto do ano findo, da Divisão de Gestão Urbanística;
 - Número 16/16/FISC-CONT/754, de 08 de novembro de 2016, da Subunidade
 Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso, que a seguir se

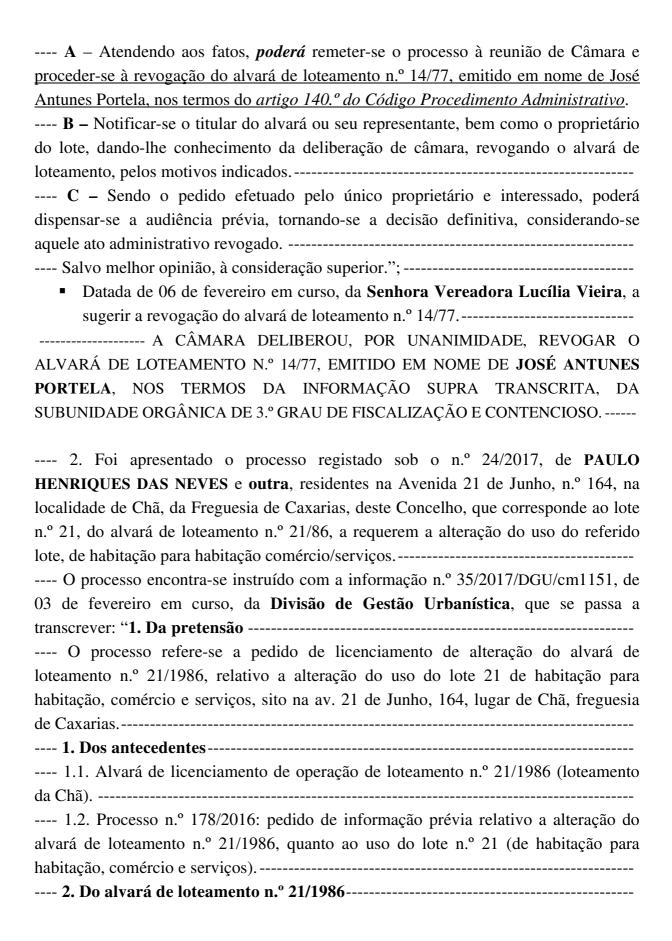


reproduz na integra: "Na sequência da análise jurídica solicitada, verificou-se que:
1. Foi emitido o <u>alvará de loteamento n.º 14/77</u> , em nome de José Antunes Portela;
2. O referido loteamento incidiu sobre o prédio rústico inscrito na matriz, sob o
artigo 6495, da freguesia de Espite e descrito na Conservatória do Registo Predial de
Ourém sob o n.º 16514 e na matriz urbana da mesma freguesia, sob o n.º 318;
3. Foi autorizada a constituição de um lote de terreno com uma área de 500 m2;
4. O lote ficou destinado à construção de uma habitação;
5. José Antunes Portela, titular do alvará de loteamento n.º 14/1977, procedeu à
doação do único lote ao seu filho, Moisés de Oliveira Portela;
6. Foi apresentado projeto para construção de uma moradia para o lote referido, em
nome de Moisés de Oliveira Portela, com emissão da licença n.º 401/1977, não tendo
qualquer referência ao alvará de loteamento;
7. O alvará de loteamento n.º 14/1977 não produziu efeitos, como também, não foi
registado na Conservatória do Registo Predial;
Analisando:
 O loteamento foi aprovado sem condições, apenas se tratou de um loteamento
de um só lote;
 O mencionado loteamento foi aprovado ao abrigo do n.º 1, do art. 19.º, do DL
n.° 289/73, de 06.06;
■ De acordo com o art. 24.°, do DL n.º 289/73, de 06.06, a licença de loteamento
caduca se:
a) os projetos definitivos das obras de urbanização não forem apresentados nos
prazos estabelecidos;
b) o alvará de loteamento não for requerido no prazo fixado;
c) as obras de urbanização não forem iniciadas no prazo máximo de um ano a
contar da data do alvará de loteamento, ou concluídas no prazo fixado pela
câmara municipal;
d) decorrido um ano sobre a emissão do alvará, as obras de urbanização
estiverem suspensas por mais de três meses ou forem abandonadas, quando não
tenha sido fixado prazo para sua conclusão;
e) o loteamento não obedecer às prescrições constantes do respetivo alvará
 Por n\u00e3o obedecer \u00e0s prescri\u00f3\u00f3es constantes na licen\u00e7a de loteamento poderia ter
sido declarada a caducidade, no entanto isso não aconteceu;
 Atualmente, a legislação em vigor é o DL n.º 555/99, de 16.12 com redação do
DL n.º 26/10, de 30.03, que nesta matéria de caducidade obriga que a mesma









O uso pretendido (habitação comércio e serviços) não se encontra previsto para o
lote 21 (habitação)
3. Do RPDMO
3.1. A pretensão localiza-se em espaço urbano nível 2
3.2. A pretensão respeita o disposto no art. 42.º, no que respeita ao uso (habitação,
comércio e serviços)
4. Do DL 163/20062, de 8.8
Não se aplica
5. Do RJUE e da Portaria 113/20154, de 22.4
5.1. Apresenta termo de responsabilidade do autor do projeto (fl. 7)
5.2. Apresenta termo de responsabilidade do coordenador do projeto (fl. 8)
5.3. Não apresenta ficha de elementos estatísticos prevista na Portaria 235/2013,
de 21.7
6. Do Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios
Não apresenta ficha/projeto de segurança contra incêndio
7. Outros
Apresenta pedido de dispensa de entrega dos seguintes elementos: calendarização
da obra; estimativa de custos;
planta síntese; plano de acessibilidades e estudo acústico (fl. 17)
8. Conclusão
Face ao exposto coloca-se à consideração superior os pontos 5.3, 6 e 7
Relativamente à pretensão, não se vê inconveniente na alteração do uso do lote 21
de habitação para habitação, comércio e serviços
O processo deve ser remetido a reunião de câmara municipal para ser submetido a
discussão pública conforme art. 22.º do RJUE
À consideração superior."
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, SUBMETER A
DISCUSSÃO PÚBLICA, PELO PERÍODO DE 15 DIAS, A ALTERAÇÃO AO ALVARÁ
DE LOTEAMENTO N.º 21/86, NOS TERMOS DO N.º 2, DO ARTIGO 22.º DO REGIME
JURÍDICO DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO
ooxxxoo
000

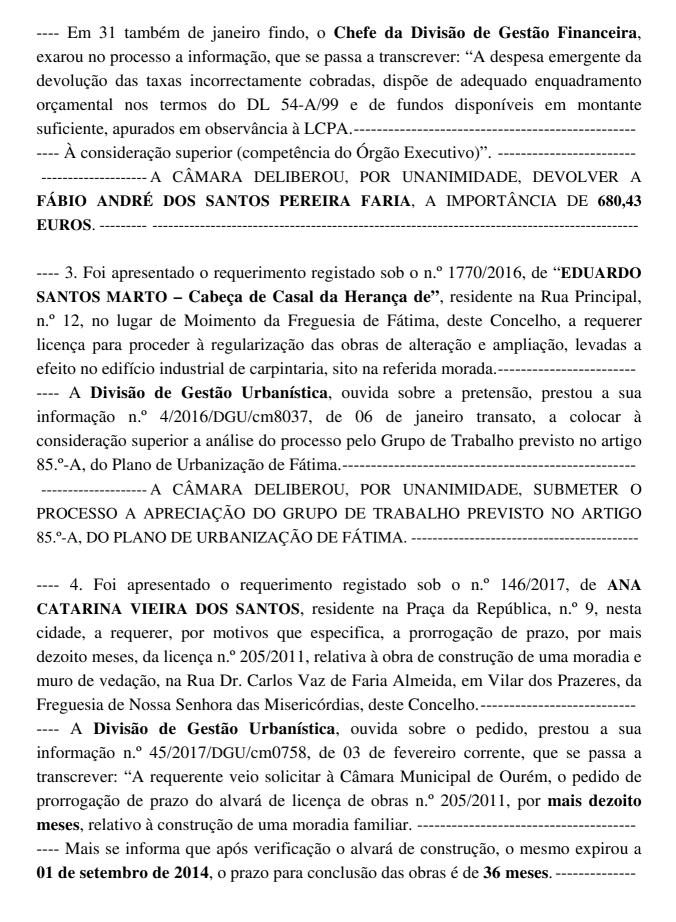
<u>LICENCIAMENTOS DE OBRAS PARTICULARES</u>-----

---- 1. No âmbito do processo n.º 1637/2010, de que é titular a firma **OTÍLIO & FILHOS, Limitada**, com sede na Estrada Principal, n.º 5, em Casal Ribeiro, da União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, deste Concelho, referente ao

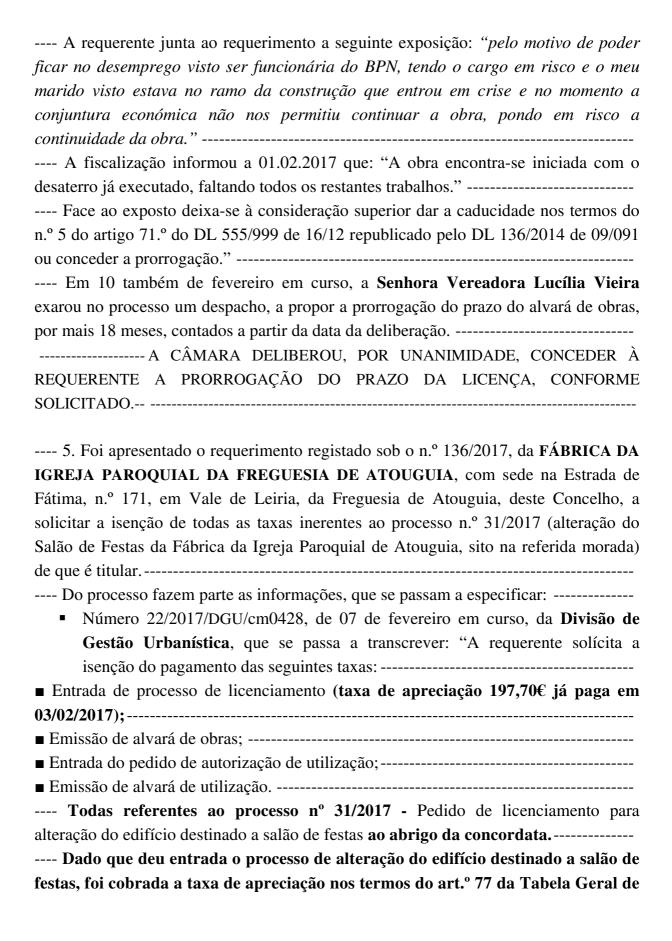


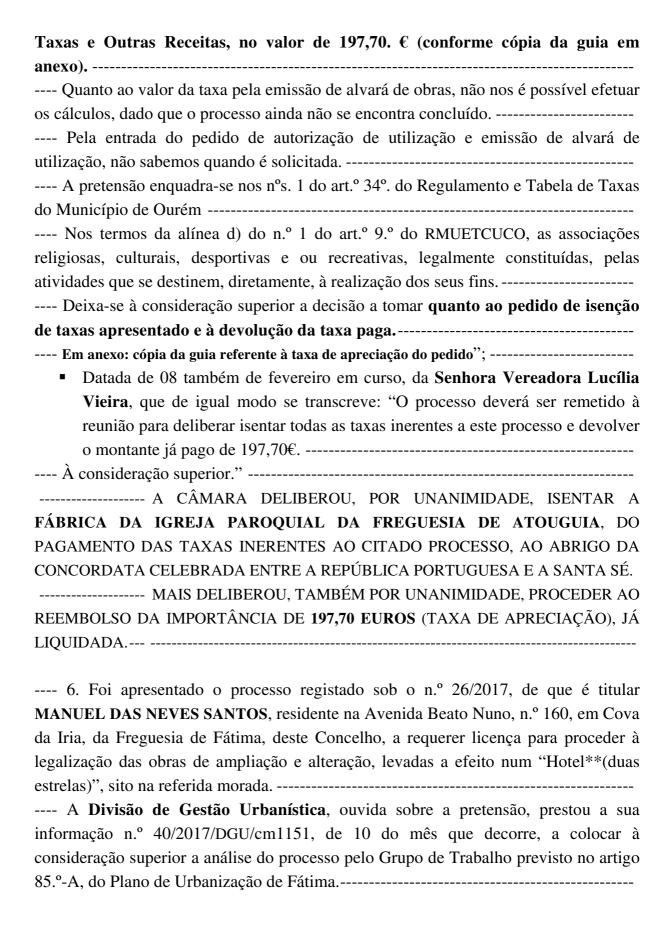
pedido de emissão de alvará para legalização de indústria de fabricação de betão e armazéns de materiais de construção (pavilhões A, B e C e anexos D, E e F, sitos na referida morada), foi apresentada a informação n.º 4/2017/DGU/cm320, de 25 de janeiro transato, da Divisão de Gestão Urbanística, que se passa a transcrever: "O requerente em 25/06/2015, solicitou o pagamento da licença em 12 (doze) prestações, bem como, a não apresentação de alguns elementos ao abrigo do n.º 4 do artigo 102.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 09 de setembro, nomeadamente o livro de Obra. Por lapso dos serviços o livro de obra foi debitado, aquando do pagamento da primeira das 12 prestações (26/08/2015). --------- À consideração superior a devolução do valor referente ao mesmo, ou seja 11,08€ (onze euros e oito cêntimos)." ---------- Ouvido sobre o assunto, o Chefe da Divisão de Gestão Financeira exarou no processo, em 31 de janeiro findo, a informação, que se passa a transcrever: "A despesa emergente da devolução das taxas incorrectamente cobradas, dispõe de adequado enquadramento orçamental nos termos do DL 54-A/99 e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à LCPA.--------- À consideração superior (competência do Órgão Executivo)". ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, DEVOLVER À FIRMA **OTÍLIO & FILHOS, LIMITADA** A IMPORTÂNCIA DE **11,08 EUROS**. ------



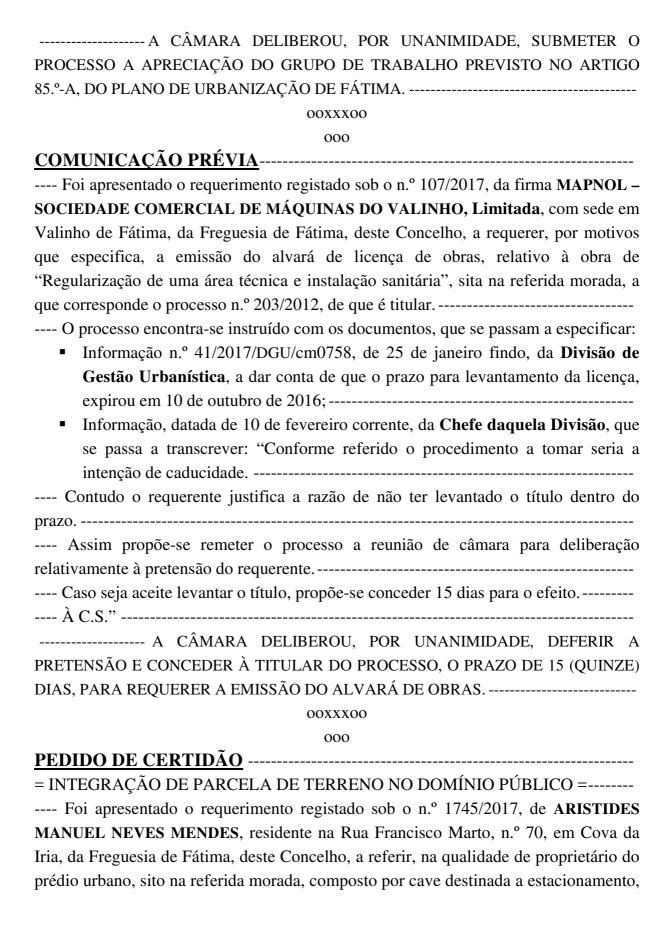














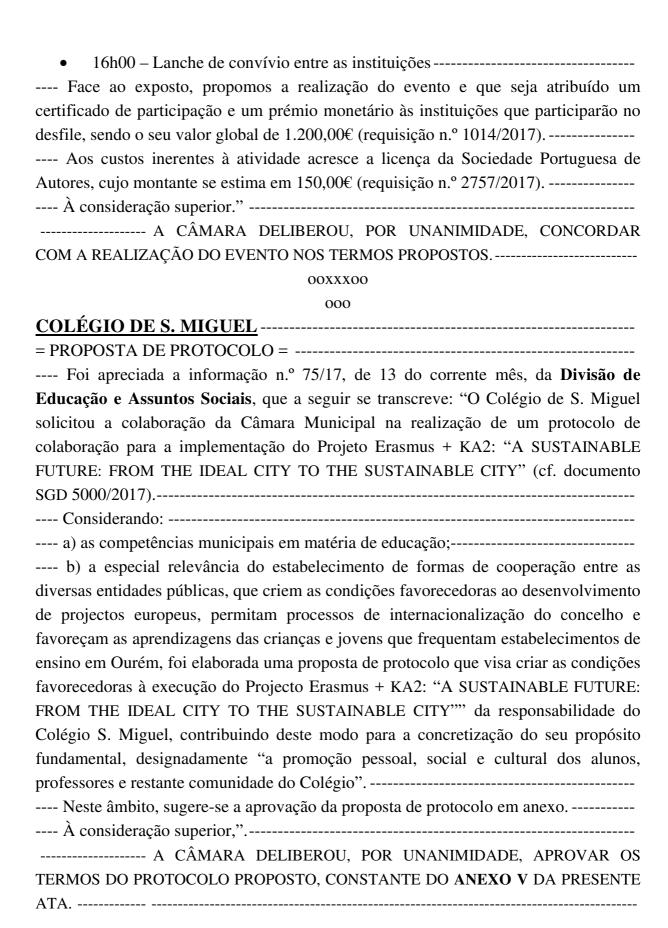
rés do chão destinado a comércio, 1.º e 2.º andares destinados a serviços hoteleiros e logradouro, com a área total de 660 m², inscrito na matriz predial urbana da dita freguesia sob o artigo n.º 6530-P e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 412, que o mesmo apenas possui 572,15 m², sendo que, a diferença de 87,85 m² foi integrada no domínio público.--------- Nestes termos, para efeitos de retificação da área na respetiva matriz e na Conservatória do Registo Predial de Ourém, requer certidão onde conste que, os referidos 87,85 m² foram integrados no domínio público, para alargamento das ruas que circundam o citado prédio, conforme planta que anexa. --------- A Divisão de Gestão Urbanística, ouvida sobre a pretensão, prestou a informação n.º 12/17/DGU/cm0674, de 06 de fevereiro em curso, que refere designadamente o seguinte: "(...) Consultado o arquivo dos processos de obras, verificou-se que o edifício, localizado na parcela em causa, possui alvará de licença de obras n.º 3/2017. No processo de obras, que deu origem ao referido alvará, foi apresentado planta de implantação com indicação da 'área do terreno registada' (660 m2) e da 'área de terreno depois de cedida a área para o domínio público' (572,15 m2). São, igualmente, representadas duas áreas, a verde na planta de implantação, com a legenda de 'área cedida para o domínio público', correspondendo à área de 87,85 m2.--------- Conforme planta de implantação apresentada na folha 88 do processo licenciado e registo fotográfico do local, as áreas, identificadas como cedidas para o domínio público na planta, pertencem ao passeio da Rua Francisco Marto e à serventia localizada a norte do edifício. ---------- Apesar de se encontrarem incluídas na área da parcela descrita na certidão da conservatória do registo predial, as áreas, identificadas como cedidas para o domínio público na planta de implantação, não se encontram afetas ao edifício de acordo com o processo de obras licenciado a coberto do alvará de licença de obras n.º 3/2017.--------- Face ao exposto, coloca-se à consideração superior a decisão de integrar no domínio público da área de 87,85 m2, correspondente ao passeio da Rua Francisco Marto, fronteiro ao edifício com alvará de licença de obras n.º 3/2017, e a parte da serventia, fronteira ao referido edifício a norte (cfr planta de implantação apresentada pelo requerente), para posterior emissão da certidão requerida pelo requerente. (...)". ------ A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CERTIFICAR QUE A PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 87,85 METROS QUADRADOS FOI INTEGRADA NO DOMÍNIO PÚBLICO, PARA ALARGAMENTO DAS RUAS QUE CIRCUNDAM O PRÉDIO ACIMA DESCRITO, NOMEADAMENTE A RUA FRANCISCO MARTO E SERVENTIA PÚBLICA. -----



ooxxxoo

PEDIDO DE CEDÊNCIA DE MOBILIÁRIO-----

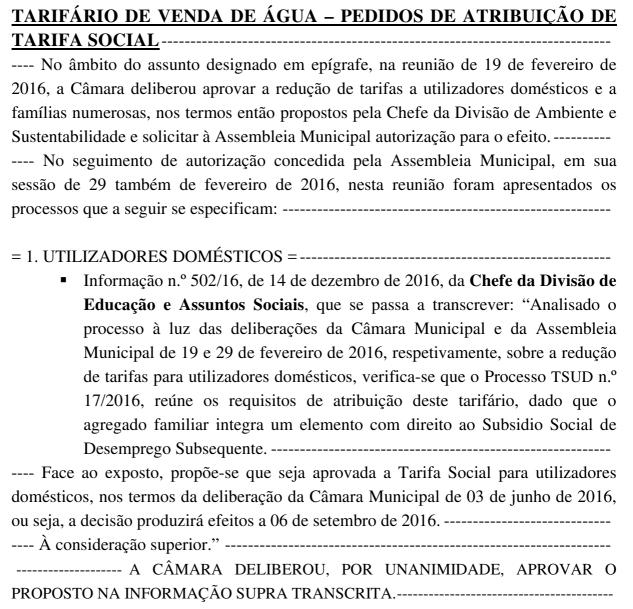
Foi apresentada a carta registada sob o n.º 34.781/2016, do Centro de Bem-Estar
de Bairro, com sede na Rua Nova, n.º 95, em Bairro, da Freguesia de Nossa Senhora
daa Misericórdias, deste Concelho, a solicitar a cedência de mesas e cadeiras para
apetrechamento do espaço que serve de refeitório aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino
Básico da Escola daquela localidade
A Divisão de Educação e Assuntos Sociais, ouvida sobre o pedido, prestou a
informação n.º 513/16, de 28 de dezembro de 2016, a colocar o pedido à consideração .
superior.
Do processo faz ainda parte uma informação, datada de 18 do mês findo, do Chefe
da Divisão de Gestão Financeira, a dar conta de que existe mobiliário disponível que
reúne os requisitos do pedido formulado
O Senhor Presidente da Câmara exarou no processo o seguinte despacho, datado
de 31 também do mês findo: "Deferido
À reunião para ratificar."
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR, NOS
TERMOS DO N.º 3, DO ARTIGO 35.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE
SETEMBRO, O DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE SUPRA TRANSCRITO
OOXXXOO
000
CARNAVAL SÉNIOR 2017
Relativamente ao assunto supra mencionado, a Chefe da Divisão de Educação e
Assuntos Sociais prestou a sua informação n.º 73/17, de 10 de fevereiro em curso, que
na presente reunião foi apreciada e que a seguir se passa a transcreve: "À semelha dos
anos anterior, propomos a realização da 3.ª edição do Carnaval Sénior, no dia 27 de
fevereiro 2017, no Centro de Negócios de Ourém
O Carnaval Sénior 2017 consiste num desfile de máscaras das instituições que
integram o grupo de envelhecimento e tem como objetivos: promover as tradições
carnavalescas e a criatividade e alegria, proporcionar aos seniores um momento de
convívio diferente daquele em que vivem e contribuir para a integração deste grupo
etário através da animação, como forma de promoção social e pessoal
O evento terá a seguinte programação:
• 14h30 – Concentração no Centro de Negócios
• 15h00 – Início do Desfile



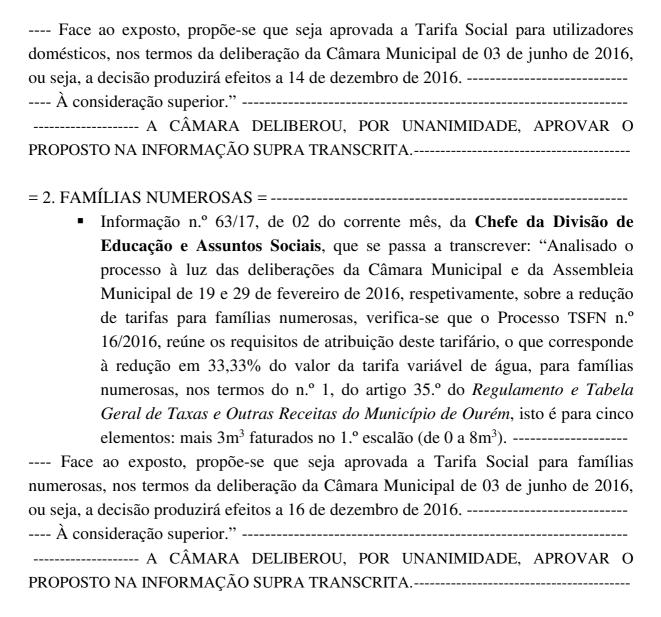


ooxxxoo

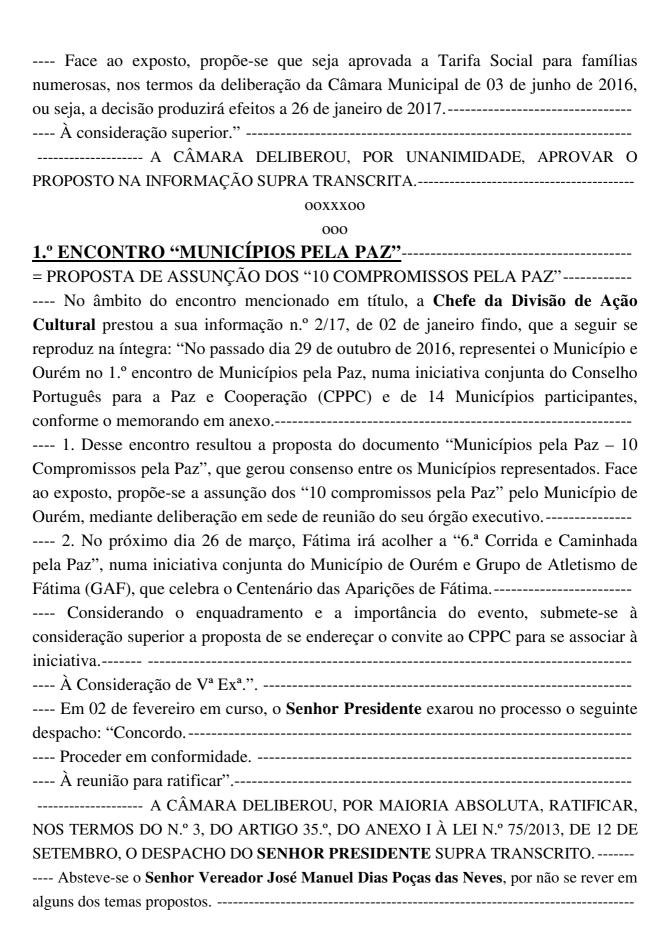
000







■ Informação n.º 65/17, de 02 de fevereiro corrente, da Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais, que se passa a transcrever: "Analisado o processo à luz das deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de 19 e 29 de fevereiro de 2016, respetivamente, sobre a redução de tarifas para famílias numerosas, verifica-se que o Processo TSFN n.º 1/2017, reúne os requisitos de atribuição deste tarifário, o que corresponde à redução em 33,33% do valor da tarifa variável de água, para famílias numerosas, nos termos do n.º 1, do artigo 35.º do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, isto é, para seis ou mais elementos: mais 6m³ faturados no 1.º escalão (de 0 a 11m³).-------





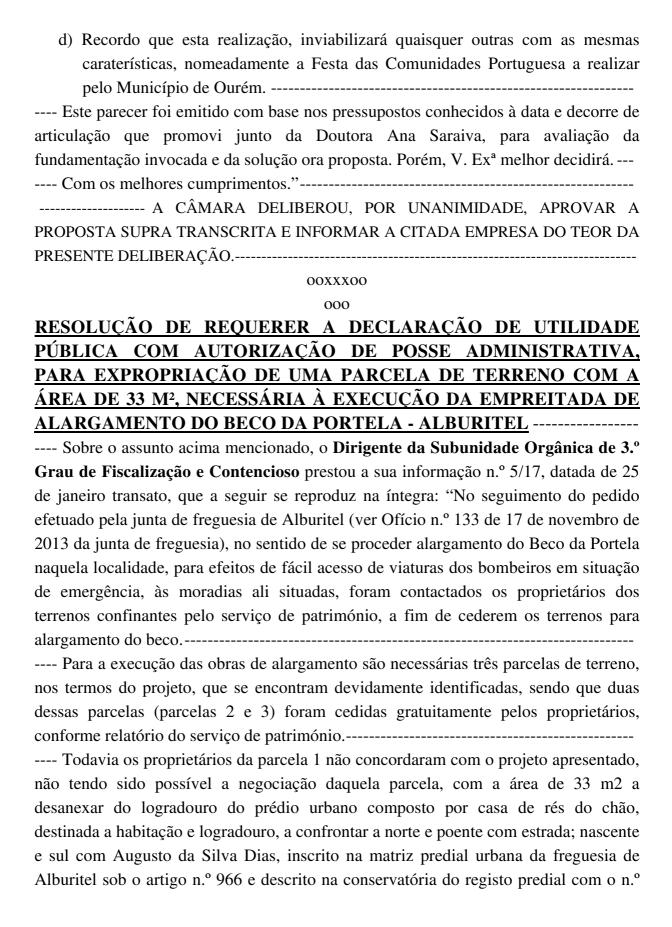
ooxxxoo

000

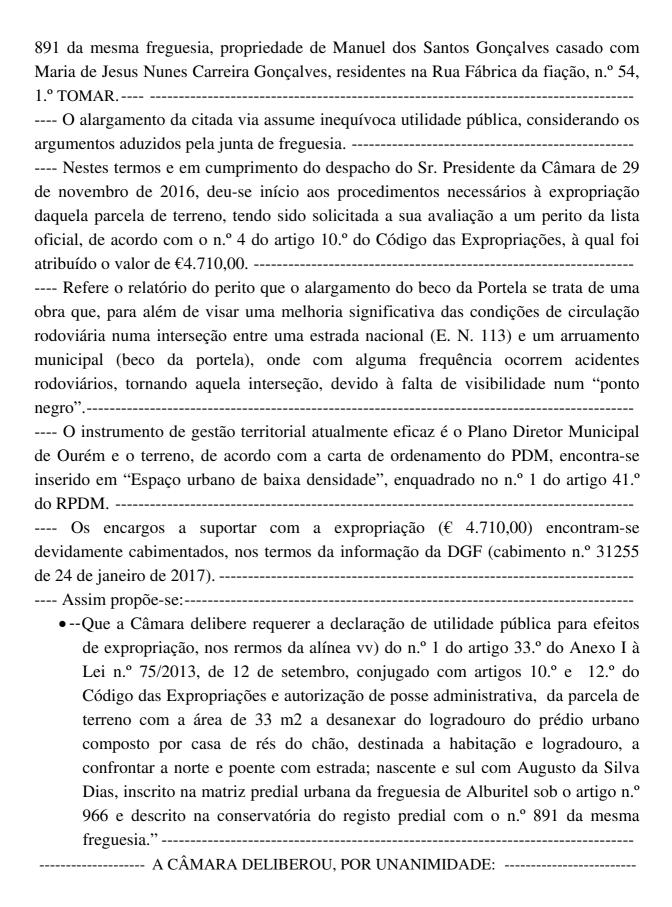
CEDÊNCIA DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE FÁTIMA
Foi apresentada a informação n.º 3/17, de 13 de fevereiro corrente, do Dirigente
da Subunidade Orgânica do 3.º de Relações Institucionais e Comunicação, que se
passa a transcrever: "Senhor Presidente,
Refiro-me ao assunto relacionado com a eventual cedência do Estádio Municipal
em Fátima, solicitada pela empresa MÚSICA NO CORAÇÃO - Sociedade Portuguesa
de Entretenimento, Unipessoal, Lda, representada pelo senhor Luís Manuel de Sá
Montez, na qualidade de gerente, cumprindo a determinação Superior de emitir o meu
parecer, embora se trate de instalações tuteladas pela DAC
• Veio inicialmente a referida entidade propor o estabelecimento de um protocolo
com o Município de Ourém, visando a realização de um espetáculo no citado
espaço, que, pesem as aparentes condições favoráveis relativamente à produção
do mesmo para a nossa Organização, o mesmo continha um aspeto que me
pareceu não poder vir a ser aceite e que se traduzia na obrigatoriedade de
aquisição de bilhete pago por parte do público, para aceder ao recinto no dia do
espetáculo;
• No decurso de reuniões posteriores à apresentação da proposta inicial, fo
reafirmada esta posição de princípio, que não foi aceite pelos representantes do
produtor, que manifestaram em alternativa, disponibilidade para vir a alugar o
espaço, se para tal estivesse o Município, enquanto entidade proprietária do
Estádio, disponível. Foi-lhes transmitido que face à ausência de histórico nessa
vertente e por não se encontrar regulamentada, deveria ser o Senhor Presidente
da Câmara a definir os termos em que tal poderia, ou não, vir a ser viabilizado.
• Face à tipologia do espetáculo proposto, ao público-alvo, ponderando a
manifesta dificuldade em quantificar o montante a aplicar num eventual aluguer
do espaço e a eventual função social que o Município deve chamar a si
proponho a cedência do Estádio Municipal, em Fátima, devendo a entidade
produtora:
a) Garantir um seguro para fazer face a eventuais prejuízos materiais que possam
vir a ocorrer naguela estrutura:

b) Fornecer ao Município 1.500 ingressos, que serão distribuídos gratuitamente pelos Serviços municipais às IPSS e pessoas idosas residentes no mesmo;----c) Pagar os custos inerentes aos consumos de energia elétrica, licenciamentos e segurança do espaço.------







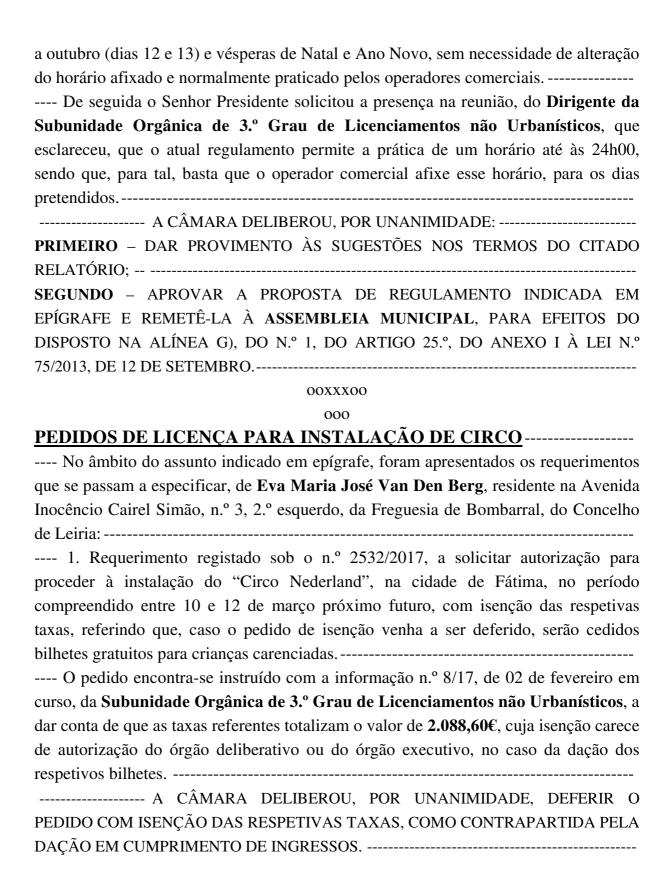




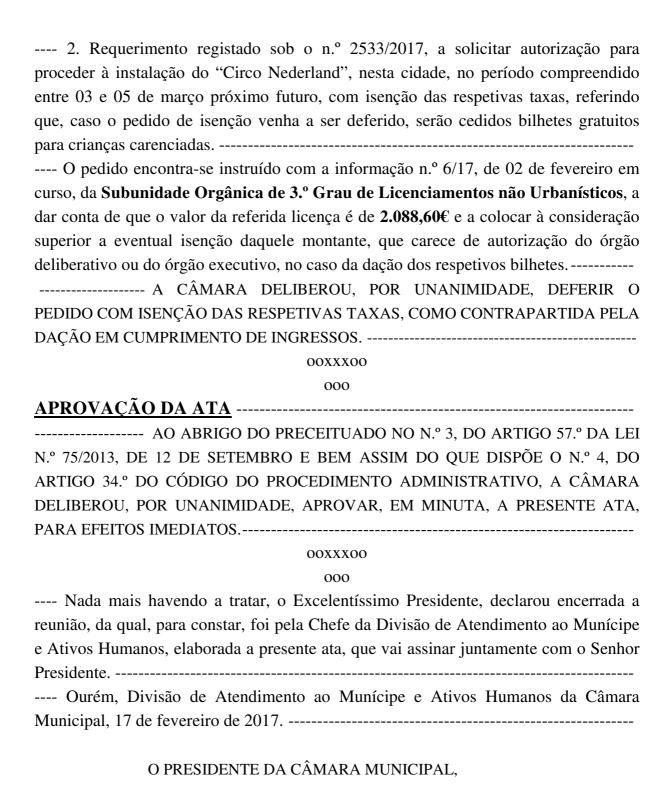
> 000 000

PROJETO DE REGULAMENTO DE HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE OURÉM

- ---- Publicada na II Série, n.º 239, do Diário da República, no dia 07 de dezembro de 2015, a referida proposta de regulamento esteve em discussão pública até ao dia 20 de janeiro de 2016. ------
- ---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com a informação n.º 172/16, datada de 11 de outubro de 2016, do **Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Licenciamentos não Urbanísticos**, a anexar relatório de participação pública. ------
- ---- Tomou a palavra o **Senhor Vereador Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque** para referir que, no seu entender, deverá ser introduzida a sugestão apresentada pela ACISO Associação Empresarial Ourém-Fátima, relativamente à possibilidade de se operar mais horas, por exemplo no período de maio







A CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 17/02/2017

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2015.05.29;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos.

1.2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

= Normas de execução financeira – 2017 – Informação n.º 3/17, de 14 de fevereiro em curso, do Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência.

1.3. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

- = Autorização prévia para ações de (re)arborização:
 - 1. Carta registada sob o n.º 2746/2017, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Fernando Gomes e Silva;
 - 2. Carta registada sob o n.º 2747/2017, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., sobre pedido de Dâmaso de Jesus Ferreira;
 - 3. Carta registada sob o n.º 2748/2017, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., sobre pedido de Manuel da Silva Barros;
 - 4. Carta registada sob o n.º 2749/2017, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., sobre pedido de Paula Maria Marques de Oliveira.

2. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS

2.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE

= Ampliação do número de compartes – Requerimento registado sob o n.º 1182/2017, de Filipa Pereira (Solicitadora), em representação de Agostinho Henriques Francisco e mulher, sobre prédio sito em Vale da Meda – União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais.

3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- = Projeto "Médio Tejo Digital Assessoria Técnica Carta enviada por correio eletrónico no dia 20 de janeiro de 2017, pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;
- = Associação de Atletismo de Santarém Atribuição de apoio financeiro Informação n.º 9/17, de 08 de fevereiro em curso, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira (DGF);
- = Recuperação dos fontenários de Seiça Proposta de protocolo Informação n.º 11/17, datada de 13 do mês em curso, do Chefe da DGF.



3.1. CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

- = P026/2017 Beneficiação e ampliação do Complexo Escolar de Carvoeira Caxarias Informação n.º 49/17, de 06 do corrente mês, da Contratação Pública e Aprovisionamento (CPA);
- = P014/2015 Fornecimento com transporte de gasóleo rodoviário para garantir a operacionalidade das viaturas municipais durante 12 meses e até ao limite de 196.000,00€ Libertação de garantia bancária Informação n.º 57/17, de 14 do corrente mês, da CPA.

4. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

- = Pedido de arranjo de berma e valeta Rua de Ourém ramalheira, da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais Processo registado sob o n.º 27.129/2016, de Maria Francisca Rodrigues Ferraz;
- = Pedido de cedência de calçada Requerimento registado sob o n.º 28.879/2016, de Leonardo Marques Pereira.

5. DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Comissão de acompanhamento do Contrato de "Concessão da exploração e gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público do Concelho de Ourém" Nomeação do Presidente da comissão Informação n.º 82/17, de 11 de janeiro findo, da Chefe da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS);
- = Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's:
 - 1. Devolução de verba, por motivo de rotura:
 - Informação n.º 786/16, de 14 de dezembro de 2016, da DAS;
 - Informação n.º 787/16, de 15 de dezembro de 2016, da DAS;
 - Informação n.º 794/16, de 15 de dezembro de 2016, da DAS;
 - Informação n.º 10/17, de 04 de janeiro findo, da DAS;
 - Informação n.º 11/17, de 04 de janeiro findo, da DAS;
 - Informação n.º 15/17, de 05 de janeiro findo, da DAS;
 - Informação n.º 18/17, de 05 de janeiro findo, da DAS;
 - Informação n.º 33/17, de 11 de janeiro findo, da DAS;
 - Informação n.º 65/17, de 19 de janeiro findo, da DAS;
 - Informação n.º 67/17, de 19 de janeiro findo, da DAS;
 - Informação n.º 69/17, de 20 de janeiro findo, da DAS;
 - Informação n.º 71/17, de 23 de janeiro findo, da DAS;
 - Informação n.º 72/17, de 23 de janeiro findo, da DAS;
 - 2. Anulação de dívida acumulada:
 - Informação n.º 695/16, de 31 de outubro de 2016, da DAS;
 - Informação n.º 32/17, de 11 de janeiro findo, da DAS;
 - Informação n.º 45/17, de 13 de janeiro findo, da DAS;
 - 3. Anulação do contrato:
 - Informação n.º 824/16, datada de 30 de dezembro de 2016, da DAS;
 - Informação n.º 31/17, de 11 de janeiro findo, da DAS;
 - Informação n.º 54/17, de 17 de janeiro findo, da DAS;
 - 4. Inexistência de sistema (Rede de esgotos domésticos):
 - Informação n.º 821/16, datada de 28 de dezembro de 2016, da DAS;
 - Informação n.º 822/16, de 29 de dezembro de 2016, da DAS;



- Informação n.º 21/17, de 06 de janeiro findo, da DAS;
- Informação n.º 22/17, de 06 de janeiro findo, da DAS;
- 5. Inexistência de sistema (Rede de abastecimento público de água):
 - Informação n.º 25/17, de 09 de janeiro em curso, da DAS;
- = Obrigatoriedade de ligação à rede pública de abastecimento de água:
 - Informação n.º 38/17, de 12 de janeiro findo, da DAS;
 - Informação n.º 39/17, de 12 de janeiro findo, da DAS.

6. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Loteamentos urbanos:
 - 1. Requerimento registado sob o n.º 1346/2016, de Moisés de Oliveira Portela, instruído com a informação n.º 16/16/FIS-CONT/754, de 08 de novembro de 2016, da Subunidade Orgânica do 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso;
 - 2. Processo registado sob o n.º 24/2017, de Paulo Henriques das Neves e outro, instruído com a informação n.º 35/2017/DGU/cm1151, de 03 de fevereiro em curso, da Divisão de Gestão Urbanística (DGU);
- = Licenciamentos de obras particulares:
 - 1. Processo registado sob o n.º 1637/2010, da firma Otílio & Filhos, Limitada, instruído com a informação n.º 4/2017/DGU/cm0320, de 25 de janeiro findo, DGU;
 - 2. Processo registado sob o n.º 55/2016, de Fábio André dos Santos Pereira Faria, instruído a informação n.º 06/2017/DGU/cm0191, de 13 de janeiro findo, da DGU;
 - 3. Requerimento registado sob o n.º 1770/2016, de Eduardo Santos Marto, instruído com a informação n.º 4/2016/DGU/cm8037, de 06 de janeiro findo, da DGU;
 - 4. Requerimento registado sob o n.º 146/2017, de Ana Catarina Vieira dos Santos, instruído com a informação n.º 45/2017/DGU/cm0758, de 03 de fevereiro em curso, da DGU:
 - 5. Requerimento registado sob o n.º 31/2017, da Fábrica da Igreja Paroquial de Atouguia, instruído com a informação n.º 22/2017/DGU/cm0428, de 07 de fevereiro corrente, da DGU;
 - 6. Processo registado sob o n.º 26/2017, de Manuel das Neves Santos, instruído a informação n.º 40/2017/DGU/cm1151, de 10 de fevereiro em curso, da DGU;
- = Comunicação prévia Requerimento registado sob o n.º 107/2017, da firma MAPNOL Sociedade Comercial de Máquinas do Valinho, Limitada, instruído com a informação n.º 41/2017/DGU/cm758, de 25 de janeiro findo, da DGU;
- = Pedido de Certidão Integração de parcela de terreno no domínio público Requerimento registado sob o n.º 1445/2017, de Aristides Manuel Neves Mendes, instruído com a informação n.º 12/17/DGU/cm0674, de 06 de fevereiro corrente, da DGU.

7. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

- = Pedido de cedência de mobiliário Carta registada sob o n.º 34.781/2016, do Centro de Bem-Estar de Bairro:
- = Carnaval Sénior 2017 Informação n.º 73/17, de 10 do mês em curso, da Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais (DEAS);
- = Colégio de S. Miguel proposta de protocolo Informação n.º 75/17, de 13 de fevereiro em curso, da DEAS;
- = Tarifário de venda de água Pedidos de atribuição de tarifa social:
 - 1. Utilizadores domésticos:
 - Informação n.º 502/16, de 14 de dezembro de 2016, da Chefe DEAS;

- Informação n.º 7/17, de 03 de janeiro findo, da Chefe da DEAS;
- 2. Famílias numerosas:
 - Informação n.º 63/17, de 02 de fevereiro em curso, da Chefe da DEAS;
 - Informação n.º 65/17, de 02 de fevereiro em curso, da Chefe da DEAS.

8. DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

= 1.º Encontro "Municípios pela Paz" – Proposta de assunção dos "10 compromissos pela Paz" – Informação n.º 2/17, datada de 02 de janeiro findo, da Chefe da Divisão de Ação Cultural.

9. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E COMUNICAÇÃO

= Cedência do Estádio Municipal de Fátima – Informação n.º 3/17, de 13 de fevereiro corrente, do Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Relações Institucionais e Comunicação.

10. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

= Resolução de requerer a declaração de utilidade pública com autorização de posse administrativa, para expropriação de parcela de terreno com a área de 33 m², necessária à execução da empreitada de alargamento do Beco da Portela – Freguesia de Alburitel – Informação n.º 5/17, datada de 25 do mês findo, do Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso.

11. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS

- = Projeto de regulamento de horários de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços do Município de Ourém Relatório de participação pública Informação n.º 172/16, de 11 de outubro de 2016, do Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Licenciamentos não Urbanísticos;
- = Pedidos de licença para instalação de Circo:
 - Requerimento registado sob o n.º 2532/2017, de Eva Maria José Van Den Berg, referente a pedido de autorização para instalação do Circo, em Fátima;
 - Requerimento registado sob o n.º 2533/2017, de Eva Maria José Van Den Berg, referente a pedido de autorização para instalação do Circo, em Ourém.

Câmara Municipal de Ourém, 14 de fevereiro de 2017

O Vice-Presidente da Câmara

Nazareno José Menitra do Carmo



ADITAMENTO

ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 17/02/2017

3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA 3.2. PATRIMÓNIO E NOTARIADO

= Resolução de requerer a Declaração de Utilidade Pública, com autorização de posse administrativa de várias parcelas de terreno para construção do Quartel da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Fátima — Informação n.º 15/2017, de 07 de fevereiro em curso, do responsável pelo Serviço de Património e Notariado.

Câmara Municipal de Ourém, 17 de fevereiro de 2017

O Presidente da Câmara

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca



DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 03-02-2017 a 16-02-2017

Processo nº	Requerente	Local
282/2016	Agrocaxarias, Ld.ª	Rua dos Combatentes – nº.129 - Caxarias
151/2017	Albertino da Costa Gomes Meirinho	Lagoa do Furadouro- Nª.Srª.Misericórdias
2049/2016	Álvaro Ferreira de Oliveira	Rua dos Pastorinhos n.º 96 Freguesia de Fátima
1975/2016	António Alves Ferreira de Brito	Travessa das Flores – Freixianda - União de freguesia de F. RF e F.
84/2017	Arfus, S.A.	Cova de Iria n.º 197, Freguesia de Fátima
9/2017	Carlo Alexandre Oliveira Canuto	Travessa da calçada, 8 – Freguesia de Gondemaria e Olival
1565/2016	Carlos Manuel Henriques Seca	Rua do Castelo n.º 19 Freguesia de Gondemaria/Olival
54/2017	Construções Avelino Martins & Filhos, Lda	Rua da Cancela Nº 5 Montelo – Freguesia de Fátima
80/2017	Filipe Manuel das Neves Saraiva	Rua N.ª s.ª do Amparo – Freguesia de N.ª S.ª das Misericórdias
1927/2016	Filipe pereira matias	Travessa da Feira dos cinco – Freguesia de Urqueira
1772/2016	Fipo Constrói, Lda	Centro comercial shopping – loja 11 freguesia de N.ª S.ª da piedade
89/2016	Instituto Secular Cooperadoras Família	Rua monsenhor Joaquim Alves B. Freguesia de Fátima
1953/2016	Isidro Marques de Sousa	Rua Principal – freguesia de N.ª S.ª das Misericórdias
207/2016	M.ª Alzira Gameiro pereira Rodrigues	Rua Fernando Pessoa 2 – Freguesia de Caxarias
66/2017	Maria Odete Marto dos Santos	Cova de Iria n.º 77, Freguesia de Fátima
1034/2016	Martine Henriette Marcelle Caroline Marais-Poulain	Estrada nacional n.º 349, n.º 333 Freguesia de N.ª S.ª das Misericórdias
1877/2016	Melissa Antunes	Canto da Portelinha, 3 freguesia de Caxarias
179/2017	Raquel Maria Gonçalves V. da Silva Reis	Alqueidão – Nª.Srª. da Piedade
232/2016	Seminário Monfortino	Avenida Beato Nuno, 206, Freguesia de Fátima
69/2017	Sérgio Filipe Oliveira Pedro	Covas da Raposa – Freguesia de Seiça
125/2017	Táctiordem- Unipessoal, Lda	Lombas - Freguesia de n.ª S.ª das Misericórdias
1894/2016	Tomás e Carreira	Rua Francisco Marto n.º 24, Cova I. Freguesia de Fátima



ĺ	2114/2016	Vítor Jesus de Oliveira	Santarém dos Tojos - Freguesia de
			Gondemaria e Olival

Ourém, 17 de fevereiro de 2017

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DGU



DIREÇÃO INTERMÉDIA 3º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 03/02/2017 a 16/02/2017

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
3370	Virgínia de Almeida Manuel	Inspeção periódica de elevadores
3618	Ana Paula & Maria de Fátima	Inspeção periódica de elevadores
3825	Administração do Condomínio	Inspeção periódica de elevadores
3967	Condomínio do Edifício Fátima	Inspeção periódica de elevadores
3192	Comunspace, Lda.	Licença de Publicidade
2685	CNE – Agrupamento Corpo Nacional Escutas	Licença de Publicidade
1374	MOP – Multimédia Outdoors Portugal	Licença de Publicidade
1372	MOP – Multimédia Outdoors Portugal	Licença de Publicidade
3988	Fabrica da Igreja Paroquial de Olival	Licença de Ruido
3069	Ratisbona-Promoções e Construções, Lda.	Licença de Ruído
3320	Fábrica da Igreja Paroquial de Urqueira	Licença de Ruído
3984	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia Caxarias	Licença de Ruído
5730	Nuno Miguel Duarte de Sousa	Licença de Ruído
2786	União Desportiva Pinheiro e Cabiçalva	Prova desportiva
709	José Vaz Marques	Vendedor Mercado Municipal
2804	Isabel Maria Oliveira Antunes	Vendedor Mercado Municipal
1389	Agostinho Luís Roxo	Vendedor Mercado Municipal

Ourém, 17 fevereiro de 2017

Jacinto Costa

(Dirigente de Direção Intermédia da Unidade 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos, Despacho 48/2015, de 2015/Agosto/21)



APOIO AO INVESTIMENTO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A FREGUESIA DE SEIÇA — "RECUPERAÇÃO DOS FONTENÁRIOS DE SEICA"

PREÂMBULO

Considerando que:

- Os fontanários existentes na Freguesia de Seiça, estão afetos à jurisdição do domínio público da referida autarquia local;
- Os fontanários desempenharam uma importante função económica e social que importa preservar, constituindo-se como espaços privilegiados de socialização nas zonas rurais;
- 3. Em 2017, a Freguesia de Seiça assinala 500 anos, pretendendo implementar uma Rota dos Fontanários que possibilite um maior conhecimento do território, valorizando o património cultural.
- 4. Os municípios dispõem de atribuições quer no domínio do equipamento rural e urbano, quer nos domínios do património, cultura e ciência, de acordo com as alíneas a) e e) do do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- 5. As freguesias dispõem de competência próprias, seja no âmbito do equipamento rural e urbano, seja no relativamente nas áreas da cultura, tempos livres e desportos, de acordo com as alíneas a) e d) do n.º 2 do artigo 7.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- 6. As receitas próprias e as verbas provenientes do Orçamento de Estado, afetas às Freguesias, são manifestamente insuficientes para a prossecução das suas atribuições.
- 7. Os municípios devem promover a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias.



Pelo exposto e nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490–499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca:

е

SEGUNDO OUTORGANTE: Freguesia de Seiça, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 507 227 905, com sede na Estrada Nacional 113-1 nº 57 em Seiça, representada neste ato pelo Presidente da respetiva Junta de Freguesia, Custódio Sousa Henriques.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª (Objecto)

Constitui objeto do presente Protocolo a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes da recuperação dos Fontenários de Seiça, conforme

projeto técnico previsto em Anexo - I.

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 60.000,00€ (Sessenta Mil Euros), de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- **3.** Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.



CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
 - a. Maio de 2017: 20 mil euros;
 - b. Julho de 2017: 20 mil euros;
 - c. Setembro de 2017: 20 mil euros.
- 2. O pagamento da segunda e seguintes prestações está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efetuar a apresentação de documentos de despesa e respetivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respetiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

4.	O pagamen	to será	efetuado	por	transfere	ência	bancá	ária,	para	a conta	bancária	da
	Freguesia	de	Seiça,	com	0	núme	ero	de	ide	ntificação	banc	ária
						_,	da		en	tidade	banc	ária
						_, con	forme	con	sta no	Anexo -	- II, que	faz
	parte integra	ınte do r	oresente pi	rotoco	olo.							

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito



do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;

- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito;
- g) Comunicar ao Primeiro Outorgante o início da realização dos trabalhos a executar.

CLÁUSULA 5.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

CLÁUSULA 6.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

CLÁUSULA 7.ª

(Acompanhamento e fiscalização da obra objecto de apoio)

A obra executada deverá será objecto de fiscalização por equipa definida pelo Primeiro Outorgante, à qual compete autenticar a conformidade dos autos de medição elaborados.



CLÁUSULA 8.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, junto do(s) imóvel(eis) objecto de intervenção, o montante total de investimento, bem como do montante comparticipado pelo Primeiro Outorgante.

CLÁUSULA 9.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

CLÁUSULA 10.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

- 1. O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

CLÁUSULA 11.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.



CLÁUSULA 12.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA 13.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

CLÁUSULA 14.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:
Câmara Municipal:
Assembleia Municipal:
O presente Protocolo de Colaboração compreende 7 folhas às quais se juntam
folhas respeitantes aos Anexos, que irão ser rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da
folha 7, em virtude de conter as assinaturas dos mesmos.



Celebrado aos () dias do mês de	de 2017, em dois exemplares de				
igual teor e validade, destinando-se cada um	deles aos seus Outorgantes.				
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,				
3 ,	3				
Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca	Custódio Sousa Henriques				
i dulo Alexandre i lonienti de Onvena i Uniseca	Gustouio Gousa i lettitiques				



PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E O COLÉGIO DE S. MIGUEL - FÁTIMA

PROJETO ERASMUS + KA2: "A SUSTAINABLE FUTURE: FROM THE IDEAL CITY TO THE SUSTAINABLE CITY"

PREÂMBULO

As áreas da educação, formação, juventude, desporto e ação social constituem-se como os principais desafios com que a Europa se depara na atualidade e na próxima década. Estas áreas são reconhecidas como elementos-chave na Estratégia Europeia 2020 para superar a crise socioeconómica que afeta os países europeus.

Nesta lógica surge o Erasmus +, Programa da União Europeia para o período de 2014-2020, que procurará enfrentar os desafios com que a Europa se depara. O programa ERASMUS + deverá contribuir para a redução do abandono escolar, promover os valores europeus estabelecidos no Tratado da União Europeia, desenvolver competências linguísticas e oportunidades de aprendizagem inovadoras e culturalmente enriquecedoras também para alunos originários de meios desfavorecidos.

Neste contexto, entendemos de especial relevância o estabelecimento de formas de cooperação entre as diversas entidades, públicas e privadas, que criem condições que promovam o desenvolvimento de projetos europeus, permitam dinâmicas de internacionalização do concelho e alarguem as aprendizagens das crianças e jovens que frequentam estabelecimentos de ensino do concelho de Ourém.

Desta forma, celebra-se o presente protocolo de colaboração, que é subscrito pelas seguintes entidades:

Primeiro Outorgante: **Município de Ourém,** pessoa coletiva com o número 501 280 740, com sede na Praça D. Maria II, nº1, em Ourém, devidamente representado pelo Senhor Presidente, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca;

е

Segundo Outorgante: **Colégio de S. Miguel**, pessoa coletiva com o nº 500 845 719, com sede na Rua D. João Pereira Venâncio, nº 1, em Fátima, devidamente representado pelo seu diretor, Pe. Adelino Filipe Guarda.



O presente protocolo rege-se pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I

Objeto

O presente protocolo tem por objeto criar condições que favoreçam a execução do *Projecto Erasmus* + *KA2: "A Sustainable Future: From the Ideal City to the Sustainable City"* da responsabilidade do Colégio de S. Miguel em consórcio internacional com as seguintes escolas: Istituto Comprensivo Paolo Soprani, de Castelfidardo, de Itália, Anne Frank Schule, de Linden - Alemanha, Dedeler Ortaokulu Mudurlugu, de Tarsus - Turquia, Osnovna Sola Pesnica, de Presnica pri Mariboru - Eslovénia, CCE Pasico II, de Torre Pacheco, Múrcia, Espanha, Collège Sainte Thérèse, de Le Mesnil – Saint Denis, França, contribuindo deste modo para a concretização do seu propósito fundamental, designadamente "Desenvolver uma cultura de responsabilidade social e ambiental em ordem à sustentabilidade dos espaços que habitamos".

CLÁUSULA II

Obrigações assumidas pelos subscritores

O Município de Ourém, através do seu órgão Câmara Municipal obriga-se a:

- Colaborar nos transportes dos alunos, docentes e comitivas europeias, de acordo com a disponibilidade dos serviços e mediante requisição prévia a apresentar pelo segundo outorgante;
- 2. Apoiar na definição e implementação do Programa das Mobilidades;
- 3. Disponibilizar conteúdos promocionais do Município;
- 4. Prestar apoio técnico, logístico ou outro que se considere ajustado à concretização do objeto em apreço.

O Colégio de S. Miguel obriga-se a:

- Implementar o projeto, de acordo com os termos da sua aprovação, dando cumprimento a todas as ações nele previstas;
- 2. Promover o Município nas diferentes cidades e países parceiros do projeto;
- 3. Criar uma rede de contactos europeus que favoreçam o processo de internacionalização do Município, materializada num "Guia Europeu de Contactos: Erasmus+".



Cláusula III

Vigência

O presente protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura e termina a 31 de julho de 2018, data do *terminus* do projeto, podendo ser prorrogado em função da dinâmica decorrente desta ação ou denunciado por escrito, por qualquer um dos subscritores, com a antecedência mínima de sessenta dias em relação ao seu termo.

Cláusula IV

Disposições finais

O presente protocolo é constituído por três páginas, que serão rubricadas por ambos os subscritores, à exceção da última, que contém as respetivas assinaturas.

Ourém, __ de fevereiro de 2017

MUNICÍPIO DE OURÉM	COLÉGIO DE S. MIGUEL
O Presidente da Câmara	O Diretor
Paulo Alexandre H. de Oliveira Fonseca	Pe. Adelino Filipe Guarda